



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 239/XIII/ 4.^a SL

Aos 13 dias do mês de março de 2019, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.^a parte

Audição do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, para apresentação do plano de atividades para 2019, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras

2.^a parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 238/XIII/4.^a, relativa à reunião de 6 de março de 2019

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD, para audição da Autoridade da Concorrência sobre cartelização no sector das obras públicas

3. Apreciação e votação na especialidade das propostas de alteração e do texto consensualizado em grupo de trabalho relativo aos Projetos de Lei n.os 118/XIII/1.^a (PAN), 120/XIII/1.^a (PS) e 123/XIII/1.^a (PEV), todos relativos a publicidade a produtos alimentares, dirigida a crianças e jovens.

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1781/XIII/3.^a (PCP) – Pelo reconhecimento e valorização do trabalho dos feirantes

5. Outros assuntos

1.^a parte

Audição do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, para apresentação do plano de atividades para



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 239/XIII/ 4.ª SL

2019, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas vindas à Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Dr.ª Cristina Portugal de Andrade, e ao Vogal do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Prof. Pedro Verdelho, tendo a Senhor Presidente usado da palavra de imediato, para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Senhores Deputados António Topa (PSD), Ana Passos (PS), Heitor de Sousa (BE), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo a Senhora Presidente e o Senhor Vogal do Conselho de Administração da ERSE respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados António Topa (PSD), Ana Passos e António Cardoso (PS), Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pela Senhora Presidente e o Senhor Vogal do Conselho de Administração da ERSE em resposta conjunta.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

2.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 238/XIII/4.ª, relativa à reunião de 6 de março de 2019

Submetida à votação, a ata n.º 238/XIII/4.ª, relativa à reunião de 6 de março de 2019, foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do PCP e do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD, para audição da Autoridade da Concorrência sobre cartelização no sector das obras públicas



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 239/XIII/ 4.^a SL

Usou da palavra o Senhor Deputado Joel Sá (PSD), para apresentar o requerimento, afirmando que, segundo notícias surgidas a públicos, havia algumas empresas de construção civil que tinham sido acusadas pela Autoridade da Concorrência nos últimos anos de atuar em cartel e tinham lesado o Estado em milhões de euros estavam a concorrer a concursos públicos e que, segundo a Infraestruturas de Portugal, esta não tinha meios para atuar. Concluiu, reiterando a importância da audição da Autoridade da Concorrência.

Usou da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para concordar com o requerido e informar que o BE iria votar a favor do requerimento.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PAN

3. Apreciação e votação na especialidade das propostas de alteração e do texto consensualizado em grupo de trabalho relativo aos Projetos de Lei n.os 118/XIII/1.^a (PAN), 120/XIII/1.^a (PS) e 123/XIII/1.^a (PEV), todos relativos a publicidade a produtos alimentares, dirigida a crianças e jovens.

A apreciação e votação na especialidade das iniciativas legislativas em epígrafe foi objeto de [relatório de discussão e votação](#), o qual pode ser acedido na página das iniciativas legislativas na Internet e faz parte integrante desta ata.

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1781/XIII/3.^a (PCP) – Pelo reconhecimento e valorização do trabalho dos feirantes

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) usou da palavra para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1781/XIII/3.^a, referindo o contacto que o seu grupo parlamentar tinha tido, durante as suas recentes jornadas parlamentares em Braga, com cidadãos ligados à produção de artesanato e o testemunho que teve das dificuldades que esta atividade, no contacto com as populações e na divulgação destes saberes tradicionais próprios do nosso país, encontra no terreno, do ponto de vista da gestão dos espaços das feiras em que participam. Referiu também que a atividade de feirante tem vindo,



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 239/XIII/ 4.^a SL

ao longo dos anos, a enfrentar desafios conhecidos por todos conhecidos. No entanto, reiterou, todos tinham a noção da importância cultural e económica destas atividades fundamentais para o próprio enraizamento e povoamento do interior, para combater a sua desertificação. Fez também referência às propostas, simbólicas e práticas que o seu grupo parlamentar apresentava na parte resolutiva, tendo destacado, do ponto de vista prático, a revisão das regras no que toca aos recintos das feiras, nomeadamente demarcação, regras de funcionamento, medidas quanto às acessibilidades e servidão nas proximidades desses locais, e, do ponto de vista prático, o reconhecimento pela Assembleia da República de uma data de grande simbolismo, que há muitos anos tem sido assinalada por esta comunidade, que é a última terça-feira do mês de maio de cada ano, como Dia Nacional do Feirante, realçando que existe em relação a esta data um acordo não escrito entre os feirantes para que não realizem feiras nessa data, para poderem comemorá-la.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), Ana Passos (PS) e Joel Sá (PSD).

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou que a iniciativa tinha algumas propostas bastantes pertinentes e versava uma matéria muito relevante, no entanto, tinha algumas reservas quanto a alguns pontos. Concordou com o primeiro ponto, a valorização do Dia Nacional do Feirante, e com o segundo, a avaliação, com as associações representativas do setor, do quadro legislativo que regula a atividade dos feirantes. Expressou discordância com o terceiro ponto, por considerar que a maior parte das propostas concretas são de competência reservada aos municípios e são estes que têm a obrigação de criar essas condições, que podem diferir de município para município e de feira para feira. Expressou também muitas reservas em relação à proposta para que os feirantes possam ter direito ao gasóleo profissional, porque este foi criado como benefício para operadores que exercem uma atividade de transporte de mercadorias ou passageiros. Não afastou, no entanto, a criação de outros benefícios. Finalmente, concordou com a última proposta da parte resolutiva.

Pela Sr.^a Deputada Ana Passos (PS) foi afirmado que o seu grupo parlamentar reconhecia a importância da atividade de feirante, tendo presente que assenta, em



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 239/XIII/ 4.^a SL

regra, num modelo de negócio familiar, que representa em muitos casos o único garante do sustento da família. Quanto à consagração da última terça-feira de maio como Dia Nacional do Feirante, afirmou que era uma iniciativa simbólica, que não criava custos para os operadores económicos e que, se era relevante para os operadores do ramo, concordavam com a mesma. Em relação à reavaliação do quadro legislativo em vigor, informou que se encontrava a decorrer um processo de avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração e considerou que nesta avaliação seriam apreciadas as dificuldades observadas pelas estruturas associativas representativas da atividade de feirante. Quanto à proposta do ponto 2.2, referiu que o cumprimento dos requisitos referidos no artigo 78.º do Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, eram da responsabilidade da entidade detentora do recinto, em regra, o município. Expressou também reserva quanto à proposta de utilização de gásóleo profissional. Finalmente, quanto ao último ponto resolutivo, lembrou que a determinação do calendário de feiras era da competência das assembleias municipais sob proposta da câmara municipal, pelo que considerou que esta questão careceria de ponderação com as entidades que asseguram a articulação com as autarquias locais.

Por sua vez, o Senhor Deputado Joel Sá (PSD) reconheceu e valorizou a importância do trabalho dos feirantes, reconheceu todas as dificuldades apontadas, nomeadamente quanto aos recintos. Reitera que o que era pedido era uma articulação com as entidades autárquicas e do sector, o que considerou importante. Expressou dúvida quanto a algumas das medidas propostas, mas, em seu entender, já o facto de se abrir este debate era importante, devendo analisar-se mais tarde quais seriam as medidas em concreto que mais se adequariam à realidade dos feirantes, em conjunto com as autarquias, que são aquelas que definem muitas destas matérias e têm a competência para tal. Concluiu, valorizando o projeto de resolução e o reconhecimento do trabalho dos feirantes.

Também o Senhor Presidente interveio brevemente, para informar que o seu grupo parlamentar acompanha genericamente o projeto de resolução, alertando para a existência de regulamentos municipais, vereadores com pelouro municipal, assembleias municipais com competências sobre um conjunto destas matérias, mas



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 239/XIII/ 4.^a SL

considerou que o sinal que a Assembleia da República pode dar de valorização da atividade era bom. Expressou dúvidas quanto ao financiamento, por existir um conjunto de apoios e estruturas de artesanato organizadas, com alguns apoios através do Ministério da Economia. Ainda assim, considerou, os restantes pontos remetem para a lei e os municípios terão de a cumprir.

Finalmente, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para realçar a preocupação, transmitida nas diversas intervenções, de respeito pelo poder local quanto às suas competências nesta área, e chamar a atenção para o facto de os pontos resolutivos criarem condições para que essa preocupação seja salvaguardada. Realçou também que o que se propõe é a criação de uma linha de financiamento a utilizar pelas próprias autarquias, dando meios para cumprimento das regras determinadas pelo poder central. Reiterou também que a palavra-chave destas propostas era a sensibilização, em conjugação com os municípios e as freguesias, para esta data e a criação de melhores condições, para que as entidades competentes, autarquias, possam cumprir o seu papel.

5. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que a Comissão de Assuntos Europeus tinha solicitado que a CEIOP emitisse parecer sobre a Proposta de Lei n.º 187/XIII/4.^a (GOV), cabendo ao PSD indicar relator. Alertou também para o facto de o prazo terminar no dia 22 de março, pelo que o parecer terá de ser apreciado na reunião ordinária seguinte.

De seguida, informou que, por dificuldades de agenda, se tinha tornado necessário adiar a Conferência sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento no Turismo para o dia 7 de maio. Deu conta também do facto de a Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho Turismo estar a preparar uma visita à BTL 2019 no dia seguinte, solicitando que os Deputados do Grupo de Trabalho que pretendam ir se lhe associem.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 239/XIII/ 4.^a SL

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de março de 2019.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 239/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Topa
Bruno Dias
Carlos Silva
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Heloísa Apolónia
Joel Sá
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
António Costa Silva
Fernando Manuel Barbosa
Liliana Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Cristóvão Norte
Hugo Costa
Hugo Pires

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira
Hortense Martins
Luís Moreira Testa